



AGRIPINO SOUZA COELHO NETO¹

WORD TYPE

Case Study

ARTICLE HISTORY

Received: 06/07/2018

Accepted: 10/06/2019

ARTICLE LANGUAGE.

Portugués

KEYWORDS

Associativism.

Rural

Community

Sisal Territory.

Brazil.

Abstract

The purpose of this article is to analyze some experiences of rural associativism in the Sisal territory in the state of Bahia, Brazil, identifying and delineating their meanings, their results and challenges. Schematically, we present some contextual elements to characterize the general attributes that indicate the development origins of the phenomenon object of our reflection; we developed some theoretical notes on rural associativism, outlining a conceptual proposal that serves as basis for the analyzed cases; and we seek to unveil nature and evaluate the results of community and production rural associativism in the Sisal territory.

¹ Doutor em Geografia (UFF-Brasil), Professor da Universidade do Estado da Bahia (Brasil), Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET), E-mail: ascneto@bol.com.br, ascneto01@gmail.com.



EXPERIÊNCIAS DE ASSOCIATIVISMO RURAL NO TERRITÓRIO DO SISAL-BAHIA-BRASIL: RIO RURAL: SIGNIFICADOS, RESULTADOS E DESAFIOS

*Experiences of rural associativism in the Sisal-Bahia-Brazil Territory:
meanings, results and challenges*

Agripino Souza Coelho Neto
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

RESUMO

A proposta deste artigo é analisar algumas experiências de associativismo rural no Território do Sisal-Bahia-Brasil, identificando e delineando seus sentidos, seus resultados e seus desafios. Em termos esquemáticos, apresentamos alguns elementos contextuais para caracterizar os contornos gerais que apontam as origens do desenvolvimento do fenômeno objeto de nossa reflexão, desenvolvemos alguns apontamentos teóricos sobre o associativismo rural, esboçando uma proposta conceitual que serve de base para os casos estudados e buscamos desvelar a natureza e avaliar os resultados do associativismo rural comunitário e de produção no Território do Sisal.

Palavras-chave: associativismo, rural, comunidade, Território do Sisal, Brasil

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A historiografia política brasileira considera o final da década de 1970 e os primeiros anos da década de 1980 um período de crise no regime tecnocrático-militar, cujos contornos abriram oportunidade para a transição política, gestando, gradativamente, o quadro político-institucional de redemocratização da sociedade brasileira (Nogueira, 1987).

Pelo menos três fatos políticos relevantes no cenário nacional produziram desdobramentos que concorreram para a intensificação do fenômeno analisado por este trabalho, isto é, a formação e a proliferação de organizações sociais associativas no Território do Sisal: a instauração da chamada “Nova República” em 1985, a promulgação da Constituição de 1988 e a adoção dos pressupostos da economia política neoliberal como fonte de inspiração para a ação do Estado brasileiro.

As mudanças no *modus operandi* do Estado e da sociedade civil e as possibilidades de construção democrática aberta pelo contexto político-institucional da “Nova República” foram tema recorrente na literatura acadêmica nos anos 1990². A constatação da existência de uma crise do Estado concentrou o debate, sendo apontadas pelo menos duas alternativas nas análises que indicavam a premência de sua reforma: (i) a necessidade de redução do Estado, que se mostrava ineficiente e dispendioso, com a adoção de uma administração gerencial pautada numa racionalidade utilitarista, valorizando os mecanismos de mercado; e (ii) a reforma do modelo burocrático que contemplou a implantação de mecanismos de participação e de descentralização da gestão das políticas públicas (Nogueira, 2005).

A primeira alternativa se contextualiza no avanço das ideias do neoliberalismo, cujo receituário recomendou a privatização das funções consideradas não exclusivas do Estado e a adoção de critérios do mundo empresarial, como eficiência, eficácia, competitividade e serviços aos consumidores, configurando-se naquilo que Santos (1999) denominou de Estado-empresário.

A segunda alternativa refletiu a incorporação de noções próprias ao discurso democrático: descentralização, participação, cidadania e sociedade civil (Nogueira, 2005). As condições institucionais foram criadas pela Constituição de 1988, estabelecendo novos princípios de participação pela da instituição dos conselhos gestores para formulação de políticas públicas e outros instrumentos políticos como plebiscito, referendun, audiência pública e tribuna popular, inspirando também os processos de cogestão, caso do orçamento participativo (Dagnino, 2002).

² Foram numerosas as discussões focalizando temas como possibilidades da política e reforma democrática do Estado (NOGUEIRA, 1987, 1998), crise do Estado e política democrática (SOLA, 1999), democratização da sociedade civil como pressuposto para reformar o Estado (PEREIRA, 1999), reforma do Estado e Terceiro Setor (FRANCO, 1999), pactos para o desenvolvimento entre Sociedade Civil e Governo (SACHS, 1999), entre tantos outros.

A confluência das ações políticas, alinhadas com essas duas alternativas, constrói condições concretas para o fortalecimento do chamado Terceiro Setor³, incentivando a criação de “[...] organizações sem fins lucrativos e do voluntariado como agentes prioritários do bem-estar [...]” resultando em uma “[...] espécie de ‘refilantropização’, particularmente na área da assistência social” (Nogueira, 2005, p. 57).

As possibilidades de “participação” nas “instâncias decisórias” e de obtenção de recursos pela inscrição de projetos sociais engendraram uma conjuntura propícia para germinação e a ampliação da sociedade civil, especialmente com a criação (e explosão) de organizações não governamentais e do associativismo, permitindo a Nogueira (2005, p. 58) afirmar que “a década de 1990 assistiu a uma espécie de entronização da ideia de sociedade civil nos projetos de reforma do Estado”.

No Território do Sisal, localizado no Estado da Bahia (Brasil), o surgimento das organizações sociais se deve ao trabalho de mobilização das comunidades rurais, promovido pelas pastorais rurais da Igreja Católica, destacando-se o papel seminal das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Movimento de Organização Comunitária (MOC)⁴.

As condições embrionárias foram gestadas nas décadas de 1960 e 1970, caracterizando-se pela criação das primeiras organizações sociais. O fenômeno mais expressivo neste recorte temporal foi o sindicalismo, com a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios do Território do Sisal. Já nos anos 1960, começam a aparecer também as primeiras experiências de associativismo, de natureza comunitária, predominantemente nos povoados rurais (Coelho Neto, 2013). Contudo, é a partir da década de 1980 que o fenômeno do associativismo adquire maior dimensão, atingindo em 2010, o expressivo número de 2.166 associações, considerando os vinte municípios que compõem o Território do Sisal (Santos, Silva e Coelho Neto, 2011). Trata-se, predominantemente, de agricultores rurais e, em menor proporção, de moradores urbanos, que se organizam institucionalmente para a criação de entidades com a finalidade de viabilizar o atendimento de suas demandas mais imediatas, geralmente associadas às carências de infraestrutura, ou criar alternativas de sobrevivência, pela organização de atividades econômico-produtivas.

³ Sobre a dificuldade de definir o “terceiro setor”, mas traçando sua delimitação conceitual e empírica, Boaventura de Souza Santos afirma: “‘Terceiro setor’ é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais. Entre tais organizações podem mencionar-se cooperativas, associações mutualistas, associações de solidariedade social, organizações não-governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base etc.” (SANTOS, 1999, p. 250-251).

⁴ “O MOC é uma organização não governamental, criada em 1967, pela Diocese de Feira de Santana (BA), com o apoio técnico da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). A entidade está sediada no Município de Feira de Santana, com uma atuação que recobre 36 municípios baianos, mas, cuja centralidade volta-se para o Território do Sisal” (Coelho Neto, 2010, p. 315).



Diante desse breve contexto, nos propomos, neste artigo, a analisar algumas experiências de associativismo rural no Território do Sisal-Bahia-Brasil, identificando e delineando seus significados, seus resultados e seus desafios. Colocamo-nos algumas interrogações para guiar nossa empreitada: o que estamos considerando como associativismo rural e qual a sua natureza constitutiva? Que resultados estão sendo alcançados com as experiências associativas no campo no Território do Sisal? Quais os significados sociais e políticos que as experiências associativas estudadas expressam? Qual a importância das associações rurais para a vida comunitária e para os povoados rurais?

O conjunto de reflexões que compõem este texto é produto de duas pesquisas da qual participamos. Alguns dados mais gerais foram obtidos com a pesquisa desenvolvida nos anos 2009-2010, intitulada “Inclusão social e desenvolvimento no Território do Sisal: diagnóstico e construção de mecanismos de apoio ao fortalecimento da ação das associações e cooperativas”⁵, cujo trabalho envolveu a aplicação de questionário a presidentes de 616 entidades do Território do Sisal. O segundo projeto de pesquisa tem como título “Ação coletiva e territorialidade: decifrando o comportamento socioespacial das associações comunitárias rurais no Espaço Sisaleiro da Bahia” , envolvendo a realização de entrevistas com lideranças (presidentes, secretários/as e tesoureiros/as) e associados de cinco associações comunitárias e/ou rurais dos municípios de Serrinha, Conceição do Coité e Santaluz, localizadas no Território do Sisal, estado da Bahia, Brasil.

Em termos esquemáticos, a estruturação deste texto segue a seguinte direção: (i) inicialmente apresentamos alguns elementos contextuais para caracterizar os contornos gerais que apontam as origens do desenvolvimento do fenômeno objeto de nossa reflexão; (ii) em seguida, nos ocupamos em desenvolver alguns apontamentos teóricos sobre o associativismo rural, destacando alguns estudos e abordagens sobre o fenômeno, focalizando a especificidade das modalidades associativas trabalhadas, (iii) na terceira seção, buscamos desvelar a natureza e avaliar os resultados do associativismo rural comunitário e de produção no Território do Sisal, (iv) para, finalmente, apresentar algumas reflexões de síntese sobre a experiência associativa no recorte espacial de análise.

ASSOCIATIVISMO RURAL: APONTAMENTOS E POSIÇÕES TEÓRICAS

Um dos debates mais relevantes sobre o associativismo aparece na clássica obra de Alexis de Tocqueville (1987 [1835]), “A Democracia na América”⁶, mais especificamente no

⁵ Pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

⁶ Publicado em duas partes, uma em 1835 e a outra em 1845, tratava-se de uma inovadora e audaciosa interpretação política sobre uma jovem nação americana, cujo experimento democrático assombrava e fascinava os que acreditavam no aperfeiçoamento da vida política (Beired, 2003, p. 61).



Livro I, segunda parte, capítulo quarto, que trata da “Associação Política nos Estados Unidos”. Para o autor, o desenvolvimento do associacionismo político assume uma importância explicativa do êxito da democracia nos Estados Unidos da América, considerado um recurso para combater a tirania.

Os estudos sobre o associativismo são expressivos nas ciências sociais stricto sensu, mas, na geografia, embora presentes no final do século XX, eles só encontram maior intensidade a partir do início do século XXI. Nas décadas de 1980/90, o veio era considerar as formas associativas como movimentos sociais urbanos.

Corrêa (1986, p. 43) publicou um breve estudo sobre as associações de moradores do município de Porto Alegre, considerando-as no contexto dos movimentos sociais e reivindicatórios urbanos tendo em vista suas dimensões básicas, ou seja, vinculada à “função de articulação e canalização das demandas dos residentes em suas áreas de abrangência junto aos poderes públicos, notadamente os de âmbito municipal, além da conscientização e mobilização popular”. O autor conclui que, através de associações de moradores combativas, em parceria com outras formas de organização social, far-se-ia “frente aos grandes problemas e conflitos sociais advindos do desenvolvimento urbano e da crise do capitalismo periférico, levando adiante a bandeira da transformação da sociedade” (Correa, 1986, p. 49).

No contexto baiano, voltado mais especificamente para o recorte espacial de nossa investigação, o estudo pioneiro sobre o associativismo, pelo prisma da Geografia, foi desenvolvido por Santos (2002), que analisou o processo de criação e atuação da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia. O eixo analítico se dirigiu para relação entre associativismo, desenvolvimento regional e organização espacial. O trabalho apresentou uma compreensão dos desdobramentos das atividades da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB - Valente) como promotora do desenvolvimento regional, preocupando-se com o rebatimento espacial das ações dessa Associação em termos de reorganização do espaço rural, urbano e regional.

Em trabalho recente e mais abrangente em termos de recorte empírico, Santos (2007) realizou uma leitura sobre o fenômeno do associativismo na Região Sisaleira da Bahia, procurando mostrar sua densidade e os resultados mais efetivos alcançados pelas associações comunitárias e como suas ações terminam em desenvolvimento. A autora conclui que as “associações comunitárias desempenham um papel muito importante na



Região Sisaleira, principalmente pela aquisição de benefícios para as pessoas mais pobres. Essas associações começam a se territorializar em suas localidades de origem, mas essa influência, de base territorial, é ainda muito localizada” (Santos, 2007, p. 7).

No contexto da Ciência Geográfica brasileira, dois grupos de pesquisa têm se dedicado aos estudos do associativismo rural. O primeiro é o Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV), sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana. Em detalhado diagnóstico sobre o associativismo, realizado pelo GEOMOV, Santos, Silva e Coelho Neto (2011) levantaram a existência de 2.166 associações registradas nos cartórios dos municípios do Território do Sisal, que apresentam origens, características, finalidades e naturezas diferenciadas. A publicação realiza uma ampla caracterização do tecido associativista do Território do Sisal, destacando os mecanismos de comunicação, decisão e participação, focalizando as ações e parcerias feitas, e analisando os obstáculos enfrentados, as principais demandas. Os autores consideram que a criação e a atuação das associações no Território do Sisal representam “normas formas de gerir o território em busca do desenvolvimento, articulando agentes das entidades da sociedade civil com a ação do governo federal, estadual e municipal” (Santos, Silva e Coelho Neto, 2011, p. 126).

O segundo é o Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA), sediado na Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente. Alguns pesquisadores do GEDRA publicaram nesta segunda década estudos sobre associativismo rural. Oliveira e Hespanhol (2011) estudaram a organização coletiva de produtores rurais em associações e federações de agricultores e sua relação com as políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto da região do Pontal do Paranapanema/São Paulo/Brasil. Segundo os autores, as associações têm sido criadas com o intuito de organizar os produtores rurais para terem acesso aos programas governamentais. Desse modo, a criação dessas organizações sociais e “a participação dos agricultores são induzidas ou limitadas à possibilidade de acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural”, fato que “não tem permitido uma inserção autônoma dos agricultores no debate acerca das propostas de desenvolvimento rural na região” (Oliveira e Hespanhol, 2011, p. 1).

Oliveira (2012), em trabalho posterior, analisa as organizações coletivas no espaço rural goiano, centrando sua atenção na ação de associações e cooperativas agrícolas. O contexto de análise procura contrapor as estratégias da produção socioeconômica do agronegócio e da produção familiar, bem como suas relações com a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento rural. O autor verifica as influências da ação estatal na constituição do associativismo rural, com ênfase na criação de cooperativas agrícolas para favorecer a expansão da agricultura moderna no Cerrado. Embora não deixe claro, o autor sugere



distinguir as organizações sociais da agricultura moderna daquelas organizações criadas e mobilizadas por agricultores familiares. Nesse sentido, conclui “que o associativismo rural, pautado numa participação efetiva dos produtores rurais, pode propiciar o fortalecimento da produção familiar” e “influenciar no conteúdo e no formato das políticas públicas de desenvolvimento rural” (Oliveira, 2012, p. 8-9).

Estudando o Espaço Sisaleiro da Bahia, Coelho Neto (2013) empreendeu um esforço para compreender o papel exercido pela espacialidade nas práticas sociais desenvolvidas por determinadas modalidades de ações coletivas, mais especificamente, de associações comunitárias rurais, sindicatos de trabalhadores rurais e cooperativas de agricultores. O autor parte do pressuposto de que a potência da ação/intervenção das organizações está em sua atuação como redes socioterritoriais. O estudo se deteve na compreensão do processo de formação e na natureza das redes de organizações sociais no Território do Sisal, buscando investigar como a territorialidade é acionada como conteúdo das relações de poder, configurando-se em um componente fundamental das estratégias espaciais, e apreender os conteúdos e os significados das estratégias socioespaciais desenvolvidas pelas organizações-rede, identificando como elas se constituem como políticas de escala. Conclusivamente, o autor considera que “no plano político, as redes socioterritoriais representam avanços na organização dos agricultores camponeses e na ampliação da capacidade de intervir na realidade social. As principais redes socioterritoriais procuraram ocupar os canais de participação política (conselhos, fóruns, redes) e, através da militância político-partidária de seus dirigentes, conquistaram o controle dos ‘poderes’ executivo e legislativo em vários municípios” (Coelho Neto, 2013, p. 393).

O que os diversos estudos apontam é a existência de uma diversidade de natureza e tipologias de associações, que se manifestam empiricamente das mais variadas formas. Esta constatação tem conduzido a um expediente operacional para a realização de pesquisas e para oferecer uma sistematização da realidade: a proposição de categorizações.

Veiga e Rech (2001) propuseram uma categorização das associações, que podem ser filantrópicas, de pais e mestres, de defesa da vida, culturais, desportivas e sociais, de consumidores, de classe e de produtores. Teixeira (2008), estudando a sociedade civil na Bahia, propôs uma tipologia das organizações sociais, sustentando-se nos critérios de auto-identificação (informado pelas lideranças) e na natureza das atividades que desenvolvem. Nesse sentido, identificou organizações de natureza comunitária, de produção/comercialização/crédito, profissional, de serviços/assessorias, cultural, de articulação, de defesa/inserção de minorias, de defesa de direitos e política. Santos, Silva e Coelho Neto (2011), caracterizando o tecido associativo do Território do Sisal, propuseram



as seguintes tipologias: comunitária, produtiva, comunicação, organização de jovens, educação, cultural, institucional, de clube, beneficente, de classe, religiosa e ambiental.

Considerando nossa empiria, nos deteremos em duas categorias propostas por Santos, Silva e Coelho Neto (2011, p. 58), buscando aprofundar sua discussão conceitual. Para os autores, as associações comunitárias “congregam pessoas de uma comunidade específica preocupadas em resolver problemas dos lugares onde vivem”, enquanto que as produtivas “congregam pessoas preocupadas em alavancar setores específicos da produção de bens e serviços, resolvendo problemas da cadeia produtiva da qual participam”. A respeito das associações comunitárias, Teixeira (2008) identifica duas formas típicas: as comunitárias rurais e as de moradores urbanos (de bairro). Quanto às organizações de produção/comercialização/crédito, Teixeira (2008) aponta as associações de pequenos produtores rurais, as cooperativas e as organizações de economia solidária. Sabourin (2009, p. 81) ajuda a refletir sobre esse aspecto ao propor uma distinção entre associações comunitárias, agrupando “[...] os agricultores de uma mesma comunidade ou de um assentamento de reforma agrária, das associações de desenvolvimento, organizadas em geral na escala municipal e que federam várias comunidades”.

Destacamos a dificuldade de demarcar e enquadrar as manifestações empíricas nestas tipologias, pois enfrentamos a dificuldade empírica de fazer a distinção entre associações comunitárias ou de produção, visto verificarmos que: (i) diversas entidades utilizam os dois termos em suas denominações, (ii) muitas associações de produção se organizam numa base comunitária, e (iii) o desenvolvimento de atividades produtivas não está dissociado da busca pela resolução dos problemas imediatos de vida. Diante desses argumentos, adotaremos a denominação associações comunitárias e/ou de produção para nos referirmos às organizações sociais objeto de nosso estudo.

Numa acepção bastante geral, as associações consistem na articulação de um grupo de indivíduos que se organizam para realização de interesses comuns. Estas organizações sociais apresentam algumas características basilares: (i) são formadas para atender interesses comuns aos membros, (ii) a participação é voluntária e não adquirida por nascimento, e (iii) existem de modo independente do Estado, portanto, consideradas como entidades da sociedade civil.

Cotrim (2009, p. 42) reforça esse caráter associativo de agrupamentos de pessoas em torno de objetivos comuns, descrevendo uma associação como:

[...] qualquer iniciativa formal ou informal de reunião de pessoas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para seus associados. Essa reunião permite a construção de condições mais amplas e melhores do que as que os indivíduos teriam isoladamente para a concretização de seus objetivos e de seus interesses.

Concebemos na mesma linha de Scherer-Warren (1999, p. 15), as associações civis como “[...] formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns”, desenvolvendo atividades voltadas “[...] para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução comunitária, etc.” Esta definição sugere pensar as associações segundo as finalidades estabelecidas pelos grupos sociais e, portanto, em suas distintas tipologias, como a “[...] associação de moradores, ONGs, grupos de mútua-ajuda, grupos de jovens, mulheres, étnicos, ecologistas e outros”, permitindo, também, classificações de acordo com suas atividades-fim.

Partimos do pressuposto de que algumas modalidades de associativismo têm uma inequívoca ancoragem territorial, cujos laços que estabelecem com o espaço implicam uma apropriação/domínio do espaço, transformando-o em seus territórios. Este é o caso das associações de bairro que se formam nas cidades, com mais vigor nos bairros periféricos pela existência de maiores laços de solidariedade e sentimento de coexistência à mesma realidade socioespacial. É particularmente intensa essas relações entre o associativismo e o espaço nos povoados e assentamentos rurais, cujas relações apontam a apropriação do espaço como componente fundador das ações das associações comunitárias rurais.

Considerando as pesquisas que temos desenvolvido nos últimos dez anos e para os propósitos deste trabalho, estamos concebendo o associativismo rural (comunitário e/ou de produção) considerando alguns pressupostos basilares, a saber: (i) a articulação de sujeitos que compartilham determinados propósitos comuns, (ii) o compartilhamento da mesma realidade espacial, (iii) a apropriação de fração do espaço, implicando relação de territorialidade, (iv) a busca por soluções dos problemas imediatos dos lugares de vida e (re)existência, e (v) a busca de alternativas de sobrevivência pela criação de projetos econômico-produtivos.

A NATUREZA E OS RESULTADOS DO ASSOCIATIVISMO RURAL COMUNITÁRIO E DE PRODUÇÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL, BAHIA, BRASIL

O desenvolvimento desta seção acompanha os pressupostos defendidos ao final da seção anterior na medida em que estamos propondo conceituar e caracterizar o associativismo

rural baiano, segundo experiências de algumas associações comunitárias rurais e /ou de produção que operam no Território do Sisal, Bahia, Brasil.

O primeiro pressuposto equivale a pensar a associação considerando a articulação de sujeitos que compartilham determinados propósitos comuns. É exatamente a existência de objetivos comuns que mobiliza os agricultores a juntar seus esforços, tecendo, desse modo, um feixe de relações sociais, que têm como propósito a obtenção de benefícios que visam a atender aos anseios da coletividade reunida/organizada. Essa é uma perspectiva que fica bem explícita nos depoimentos dos associados/as quando indagados/as sobre as origens e motivações para criação da associação:

“Surgiu no ano de 1986 pela organização de pessoas que acreditaram que unindo as forças poderiam alcançar benefícios [...] O desejo de lutar por melhorias pensando no comum para todos diante de uma dura realidade vivida pela comunidade”⁷.

“Unir as forças e tentar trazer benefícios para a comunidade”. “O dialogo uns com os outros em promover o bem para todos”. “Buscar melhorias e caminhar junto com a comunidade”⁸.

“Surgiu em 1986 para atender as necessidades da comunidade e para organizá-la”⁹.

Expressões que comparecem nas respostas das filiadas às associações comunitárias dos povoados do Canto e da Vertente, a exemplo de “organização de pessoas”, “unindo forças”, “pensando no comum para todos”, “promover o bem para todos” e “caminhar junto”, não deixam dúvidas sobre essa componente essencial e basilar na constituição das associações. Os depoimentos atestam a determinado nível de consciência da ação em conjunto, organizada em torno de objetivos comuns, inclusive, da força que os/as associados/as adquirem ao agir em uníssonos.

É possível também depreender dos depoimentos os elementos que compõem o segundo pressuposto defendido neste trabalho. Há uma base socioespacial, que é um campo fértil para a associação, para o agrupamento de interesses comuns, para a luta coletiva e articulada, ou seja, trata-se do compartilhamento da mesma realidade espacial. Desse modo, o depoimento da filiada à Associação da Vertente remete ao desejo de unir forças para o enfrentamento da realidade vivida pela comunidade.

⁷ Entrevista concedida a Acácia Pinheiro pela Presidente da Associação Comunitária da Vertente, em 02.02.2015.

⁸ Entrevista concedida a Acácia Pinheiro por filiadas da Associação Comunitária da Vertente, em 02.02.2015.

⁹ Entrevista concedida a Agripino Coelho pela Presidente da Associação Comunitária do Canto, em 16.09.2014.

É importante ressaltar que o campo brasileiro é produto histórico da colonização portuguesa que iniciou um processo de concentração da propriedade da terra, originariamente através das capitanias hereditárias e das sesmarias e dos documentos legais que regulamentaram a propriedade da terra que se seguiram. A partir dos anos 1950, o Brasil experimentou uma modernização conservadora, com a crescente penetração do capitalismo no campo, engendrando desemprego estrutural em face da mecanização agrícola, a expropriação dos pequenos agricultores, a exploração dos trabalhadores rurais, o êxodo rural em face da falta de alternativas de emprego e uma grande concentração fundiária e, conseqüentemente de renda no campo.

A realidade socioespacial dos/das agricultores/as sisaleiros é marcada por longas estiagens e falta de água, pela concentração fundiária e pela posse de pequenas propriedades para sobrevivência da família, pela carência de serviços educacionais e de saúde e pela carência de infraestrutura básica (água tratada, energia elétrica, limpeza pública, transportes públicos). Essas características estruturam um quadro de condições adversas que formam a trama da vida e compõem a base que nutre o movimento de mobilização e organização social, costurando o tecido associativista.

As associações comunitárias rurais e/ou de produção se organizam levando em conta a realidade dos povoados, assentamentos rurais e fazendas. Trata-se de entidades que se organizam segundo esta base espacial. Nesse sentido, reforçamos nosso terceiro pressuposto, de que as associações se apropriam de fração do espaço, implicando uma relação de territorialidade.

A primeira evidência do mecanismo de apropriação do espaço está na presença expressiva do topônimo do lugar de origem para denominar a entidade, o que nos conduz à conclusão sobre a força do espaço como referência para identificação dessas organizações, pois, deste modo, elas nos informam de que lugares elas são, permitindo pensar em sua territorialidade. Em texto anterior, destacamos e desenvolvemos este argumento do seguinte modo:

As associações se apoiam numa ancoragem espacial para realização de suas ações. Uma primeira evidência desse argumento consiste no uso do topônimo do lugar de origem para denominar a entidade, carregando consigo o lócus de sua existência e, circunscrevendo com isso, um espaço como referência para identificação dessas organizações sociais, inclusive, para o estabelecimento de suas relações com o exterior (com outros povoados, comunidades, organizações sociais e com a municipalidade), enfim, um espaço de pertinência de suas ações (e reivindicações) (Coelho Neto, 2013, p. 330-331).

Associação Comunitária da Vertente, Associação Comunitária do Canto, Associação Comunitária do Brejo, Associação Comunitária da Região de Onça (do Povoado do Onça) e Associação de Moradores e Produtores do Povoado do Miranda são as nomeações atribuídas às associações pesquisadas. Em comum, elas carregam consigo o nome do povoado para se identificar, construindo, assim, um espaço de pertinência de suas ações.

A outra referência marcante nas nomeações das associações se refere à presença da palavra comunitária, que pretende expressar sua natureza constitutiva. A junção das ideias de povoado rural como espaço de referência das associações e de comunidade como uma substância que é intrínseca indica os conteúdos que nos permitem capturar alguns dos sentidos que essas organizações sociais podem assumir na escala local como espaço das solidariedades típicas das relações comunitárias.

A apropriação do espaço pelo uso do nome do povoado como referente espacial expressa uma estratégia que denota outro sentido da territorialidade. Ao assumir o nome do lugar como referência, a associação passa a representar a coletividade junto ao mundo exterior, isto é, aos demais povoados, organizações sociais e a municipalidade. Os depoimentos reproduzidos a seguir ajudam a elucidar esta perspectiva:

“Ela possibilita termos uma representação legal que pode em parceria com outras instituições promover políticas de desenvolvimento para uma coletividade, ou seja, sem associação a comunidade correria o risco de ser mais individualista do que a realidade que nos apresenta hoje”¹⁰.

“O anseio de organização, de crescimento da comunidade fez com que alguns moradores se juntassem para criar a Associação e ter representatividade. A associação é a representante legal da comunidade. Portanto, se empenha para busca de benefícios”¹¹.

Em geral, as associações comunitárias se tornam porta-vozes dos moradores do povoado, aglutinando e ecoando as demandas para formular reivindicações ao poder público municipal e estadual. É da força que eles adquirem atuando coletivamente e até mesmo da força eleitoral que se alimentam as relações políticas no contexto interiorano da Bahia, que conseguem obter benefícios para o povoado. Em muitos casos, é pela atuação da associação que os moradores se articulam para buscar por soluções para os problemas imediatos dos lugares de vida e (re)existência, quarto pressuposto defendido neste trabalho.

¹⁰Entrevista concedida a Acácia Pinheiro pelo membro suplente do conselho fiscal da Associação Comunitária do Canto, em 23.06.2014.

¹¹Entrevista concedida a Acácia Pinheiro pela Vice-Presidente da Associação Comunitária do Canto, em 23.06.2014.

“O povoado do Miranda era pequeno, existiam apenas umas 20 famílias morando no entorno do povoado, em suas propriedades e tinha muitas dificuldades, pois não tinham acesso à cisterna, energia e outros benefícios que viriam a contribuir com a melhoria da qualidade de vida. No povoado existia apenas uma escola com salas de aula em condições precárias e a partir de 1994, um grupo de moradores (aproximadamente 40 moradores) se reuniram e acharam por bem criar uma associação de moradores para resolver as questões de reivindicações de melhorias da qualidade de vida, na área da saúde e educação e para contribuir com uma comunidade melhor”¹².

O relato do presidente da associação do Povoado do Miranda ajuda a esclarecer o modo como as associações comunitárias rurais são criadas e o papel que elas passam a desempenhar para a população rural. Os moradores dos povoados, vivenciando problemas socioespaciais comuns, se mobilizam e se articulam para criar as associações e buscar soluções para os problemas imediatos dos seus lugares de vida.

A análise dos dados da Tabela 1 contribui para reforçar o conteúdo dessa assertiva e indicar algumas das respostas construídas pelos grupos sociais organizados. Os benefícios que as associações têm buscado obter para seus associados mostram os esforços para o enfrentamento das condições socioespaciais de vida, especialmente as precariedades de serviços e de infraestrutura básica, bem como as dificuldades de geração de renda e de sobrevivência na terra (afinal se trata de agricultores) e em seus “lugares de vida”.

Os dados da Tabela 1 expressam com clareza a natureza das ações das associações comunitárias rurais, evidenciando uma direção flagrante de sua atuação no sentido da busca por soluções para os problemas imediatos dos lugares de vida dos agricultores, geralmente procurando dotar os moradores dos povoados com equipamentos e serviços de infraestrutura básica familiar e equipamentos e serviços de infraestrutura comunitária. Em outro texto, nos referimos ao assunto do seguinte modo:

Os problemas comuns são compartilhados a partir da coexistência no mesmo espaço vivido (no povoado rural, assentamento ou fazenda), pois o compartilhamento de uma mesma realidade socioespacial oferece os conteúdos para construção de alternativas conjuntas. Os laços de reciprocidade se manifestam na criação de associações de agricultores, de natureza comunitária e/ou produtiva, com as quais se busca construir coletivamente alternativas para enfrentamento de seus problemas. Trata-se da constituição de solidariedades locais e imediatas que objetivam o atendimento de carências básicas de serviços e infraestrutura,

¹²Entrevista concedida a Sionara Albuquerque pelo Presidente da Associação de Moradores e Produtores do Povoado do Miranda, em dezembro de 2015.

deixadas pelas lacunas de atuação do Estado (aqui especialmente na esfera municipal) (Coelho Neto, 2013, p. 247-248).

TABELA 1

BENEFÍCIOS OBTIDOS PELAS ASSOCIAÇÕES DO TERRITÓRIO DO SISAL PARA SEUS ASSOCIADOS - 2010

CATEGORIA DO BENEFÍCIO	DESCRIÇÃO/DETALHAMENTO DO BENEFÍCIO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Equipamentos e serviços de infraestrutura básica familiar	Construção de cisternas	237	38,47
	Utensílios para casa	54	8,77
	Construção de casas	47	7,63
	Cestas básicas	34	5,52
	Banheiro	13	2,11
	Reforma e ampliação de casas	6	0,97
	Construção de aguadas	1	0,16
Equipamentos e serviços de infraestrutura comunitária	Água encanada	100	16,23
	Perfuração de poço artesiano	95	15,42
	Energia elétrica	84	13,64
	Desconto na compra de mercadorias	17	2,76
	Construção equipamentos (centro de abastecimento)	11	1,79
	Energia solar	9	1,46
	Infocentro	4	0,65
	Limpeza de espaços públicos	2	0,32
	Divulgação de informações de utilidade pública	1	0,16

FONTE: Banco de dados GEOMOV/UEFS, 2010.

Nota: Foram consideradas para efeito de cálculo desta tabela apenas as 616 associações que estavam em funcionamento na data da pesquisa de campo, logo, excluídas do levantamento aquelas inativas.

Elaboração: Agripino Souza Coelho Neto.

Os dados da Tabela 1 nos permitem constatar o nível de carência que as populações rurais do Território do Sisal enfrentam em seu cotidiano. Em pleno século XXI, as populações rurais convivem com a falta de serviços básicos como água, energia e limpeza, exigindo mobilização e luta para obtenção de serviços definidos constitucionalmente como dever do Estado. Os depoimentos reproduzidos a seguir anunciam a relação de benefícios que as associações dos povoados do Canto e da Vertente conseguiram para seus sócios.

“Diversos, além da organização local, trouxe ou provocou as cisternas de consumo e produção, banco de sementes, casa de farinha, energia solar e elétrica, assistência técnica para produtores rurais, salão comunitário, aguadas, participação em conselhos, grupos de produção”¹³.

A construção das cisternas de 1ª água para quem não tem, as cisternas de 2ª água para criação de aves e outras”¹⁴.

Alguns projetos como o de cisternas de consumo, cartão fidelidade (plano de saúde), cursos (de costura e artesanatos) que facilitam nossas vidas”¹⁵.

Constatamos nos depoimentos um conjunto diversificado de equipamentos e serviços obtidos pela ação das duas associações, contudo, a presença do banco de sementes, da casa de farinha, dos grupos de produção, das cisternas para criação de aves e dos cursos de costura e artesanato aponta para uma segunda direção na atuação das associações - a busca de alternativas de sobrevivência pela criação de projetos econômico-produtivos - quinto pressuposto de nossa formulação conceitual.

A Associação Comunitária da Região de Onça, segundo relato de sua presidente, foi fundada no dia 17 de julho de 1987 e partiu da inquietação e das dificuldades de sobrevivência de muitos moradores da comunidade de Onça, que perceberam a necessidade de construir uma casa para produzir farinha, um espaço de produção coletiva que pudesse beneficiar um maior número de famílias no povoado¹⁶. A associação contava em 2015 com 80 associados, tendo como atividade motriz a produção de mandioca e seus derivados. Dispõe de uma casa de farinha comunitária, projeto vinculado à Companhia de Ação Regional (CAR), produzindo a farinha e a fécula para a produção de beiju. Além disso, há o grupo de polpas de frutas, que trabalha com frutas oriundas da própria região, que são compradas pelos associados para produção de polpas para serem comercializadas em parceria com a Cooperativa da Agricultura Familiar de Conceição do Coité (COPAFAM).

¹³ Entrevista concedida a Acácia Pinheiro pelo Secretário da Associação Comunitária do Canto, em 23.06.2014

¹⁴ Entrevista concedida a Acácia Pinheiro pela Presidente da Associação Comunitária da Vertente, em 02.02.2015.

¹⁵ Entrevista concedida a Acácia Pinheiro Secretária da Associação Comunitária da Vertente, em 02.02.2015.

¹⁶ Entrevista concedida a Josueliton Oliveira pela Presidente da Associação Comunitária da Região do Onça, em 24.03.2015.

Os ganhos são divididos entre os produtores, sendo destinada uma parte para a associação¹⁷.

A Associação de Moradores e Produtores do Povoado do Miranda (AMPPM) foi fundada em 05 de dezembro de 1994, no município de Santaluz, Território do Sisal, Bahia, Brasil. Vivem no povoado aproximadamente 100 famílias, sendo 60 filiadas atuantes na associação. O depoimento a seguir apresenta a diversidade de atividades dirigidas para geração de renda no Povoado do Miranda:

“Nós trabalhamos com a geração de emprego e renda, temos o grupo mulheres de fibra, que agrega 30 mulheres, as quais produzem elementos da agricultura familiar e vendem. Agregam valor a produtos como por exemplo, bolachinha, broa, sequilho e polpa de fruta os quais são destinados principalmente, através do PAA a merenda escolar e gera renda na comunidade. Esta atividade agrega valor à matéria prima existente na comunidade e gera lucros, como o umbu e a cajá que são típicos da região, o sequilho e bejú da tapioca (essa, as vezes precisa ser comprada fora, pois não supre a necessidade), o grupo de mulheres também produzem artesanato com o sisal como bolsas, estantes, tapetes e outros artigos”¹⁸.

O depoimento informa que a Associação de Moradores e Produtores do Povoado do Miranda, que surgiu voltada para a obtenção de melhorias e serviços básicos de infraestrutura para o povoado, diversificou suas ações e passou a fomentar o desenvolvimento de atividades econômico-produtivas, voltadas para geração de emprego e renda. A presença dos termos “moradores” e “produtores” indica o duplo papel que ela desempenha, seja na busca por soluções dos problemas imediatos dos primeiros, seja na busca de alternativas de sobrevivência pela criação de projetos econômico-produtivos para os segundos. Obviamente que os sujeitos membros da associação são, ao mesmo tempo, moradores e agricultores/produtores. Essa é uma constatação que reforça a dificuldade de distinção entre as associações comunitárias e as associações de produção, como fizeram Santos, Silva e Coelho Neto (2011).

As ações das associações produzem um efeito socioespacial que denominamos em outro texto de estabelecimento de solidariedades típicas das relações comunitárias (Coelho Neto, 2013).

¹⁷ Entrevista concedida a Janiele Oliveira pela Presidente da Associação Comunitária da Região do Onça, em 09.04.2014.

¹⁸ Entrevista concedida a Sionara Albuquerque pelo Presidente da Associação de Moradores e Produtores do Povoado do Miranda, em dezembro de 2015.



“Existem pessoas de outras comunidades/povoados que participam das atividades da associação. Principalmente no que diz respeito ao uso do besouro [trator] e da casa de farinha. Há articulações desta associação com outras, onde a partir de um projeto de parcerias, com outras comunidades (Riacho do Morro, Pedras, Fazenda Tanque), os associados, mesmo que não sejam desta associação, mas que sejam sócio de outra associação que faz parte desta parceria, pode fazer uso de certos recursos da outra”¹⁹.

Trata-se de articulações entre moradores/agricultores e associações que envolvem duas manifestações empíricas: a primeira se caracteriza pela existência de parcerias entre associações de povoados e fazendas vizinhas, costurando uma sinergia e potenciando a ação coletiva; a segunda consiste na participação de moradores e agricultores de povoados e fazendas que não têm uma associação própria e que integram a uma mesma associação vizinha. Nesses casos são promovidos integração comunitária e acesso aos serviços e atividades oferecidos.

CONCLUSIONES REFLEXÕES FINAIS

Em termos de síntese, podemos considerar que as associações comunitárias rurais e/ou de produção se constituem na articulação de pessoas cujas ações/estratégias se dirigem para o enfrentamento das condições socioespaciais imediatas de vida, seja pela busca de soluções para os problemas estruturais básicos, seja pela busca de alternativas econômico-produtivas para assegurar sua reprodução social.

Tendo como referencia nossa observação em campo e as entrevistas realizadas com os dirigentes das associações e outros associados, é possível enumerar uma série de aspectos que apontam a contribuição e o papel desempenhados por essas organizações no contexto rural do Território do Sisal:

- 1) Obtenção de equipamentos e infraestrutura básica para os moradores e para o povoado, promovendo mudanças qualitativas na vida das pessoas;
- 2) Geração de emprego e renda, em decorrência da montagem de estrutura produtiva, como as casas de farinha comunitária, banco de sementes, grupo de produção de frutas e derivados da mandioca, grupos de produção artesanal com insumos típicos do contexto regional, como a fibra do sisal;

¹⁹Entrevista concedida a Janiele Oliveira pela Presidente da Associação Comunitária da Região do Onça, em 09.04.2014.



- 3) Inserção das mulheres agricultoras/artesãs na atividade produtiva, ampliando a renda familiar e favorecendo a construção da autonomia feminina no contexto social e familiar;
- 4) Favorecimento da participação política, com o ingresso dos associados em conselhos municipais, partidos políticos e feiras de agricultura familiar;
- 5) A criação da associação viabilizou o acesso a políticas, projetos e recursos públicos antes inacessíveis, a exemplo da implantação de pequenas unidades produtivas pela Companhia de Ação Regional (CAR), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- 6) Proporcionou a participação de redes locais e regionais de comercialização pelo estabelecimento de parcerias com cooperativas locais (Cooperativa da Agricultura Familiar de Conceição do Coité - COPAFAM) e central regional de comercialização (Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia - Arco Sertão);
- 7) Estabelecimento de redes de solidariedade com outras organizações sociais situadas no contexto local e regional, predominantemente, a exemplo do Movimento de Organização Comunitária (Moc), sediado na cidade de Feira de Santana, da Associação de Pequenos Produtores do Estado da Bahia (Apaeb-Serrinha), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha e da Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Sisal (Ascoob-Sisal), sediados na cidade de Serrinha.
- 8) Incentivo à integração/articulação entre os moradores da comunidade, em decorrência das atividades em grupo, das reuniões, mutirões, dentre outras.
- 9) Construção de uma representatividade política para os povoados, que permite a reivindicação de serviços e melhorias para os moradores/agricultores;
- 10) As associações comunitárias organizam e promovem festividades, práticas cuja natureza permite aprofundar as relações entre os membros de uma comunidade, acabando por constituir espaço-tempo de trocas e interações socioculturais, a exemplo das festas juninas, confraternização de final de ano, bingos, dia das crianças, comemoração do dia do trabalhador, entre outras.

A listagem acima descreve um conjunto variado e amplo de contribuições que as associações produzem nas realidades socioespaciais nas quais se instalam, mas há uma série de desafios que elas enfrentam para assegurar seu funcionamento, seja na dimensão política, econômica ou administrativa. Segundo os/as presidentes entrevistados/as, a participação ativa dos moradores ainda é tímida, pois os filiados comparecem em pequeno

número às reuniões e são pouco propositivos. Verifica-se, também, dificuldade de inserção da juventude, fator relevante para a continuidade do trabalho associativo. Foi apontada também como problema chave a sustentabilidade financeira das associações, gerando dificuldades para pagar as contas, para a organização de atividades, para a manutenção dos grupos de produção e para a compra de equipamentos. Alguns dirigentes apontaram o problema da infraestrutura inadequada para realização das reuniões e, em alguns casos, a inexistência de uma sede própria. Há um grave problema de natureza política que envolve o associativismo rural na Bahia, que deriva da presença do líder político local (prefeitos e vereadores) interferindo nos rumos da associação e conduzindo sua ação segundo seus interesses eleitorais. Essas e outras questões se colocam como desafios para o associativismo, tendo em vista sua potencialidade para ativar sujeitos políticos para lutar por melhores condições de vida no rural baiano.

Embora os/as agricultores/as vivenciem condições adversas que os/as mobilizam a lutar e cuja estratégia vem sendo a criação de associações, processual e dialeticamente, uma vez criadas, essas organizações passam a atuar na produção de condições socioespaciais de mobilização e fortalecimento dos laços sociopolíticos e na ativação da base econômica.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beired, J. L. Bendicho (2003). Tocqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre a democracia nas Américas. *História*, São Paulo, vol. 22, n.2, pp. 59-78.
- Coelho Neto, A. S. (2010). Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no Território do Sisal. In: Coelho Neto, A. S.; Santos, E. M. C.; Silva, O. A. (Orgs.). *(Geo) grafias dos movimentos sociais*. Feira de Santana, Brasil: UEFS Editora.
- Coelho Neto, A. S. (2013). *A trama das redes socioterritoriais no Espaço Sisaleiro da Bahia*. 2013. 426 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFF, Niterói.
- Corrêa, L. A. C. (1986). Associações de moradores no município de Porto Alegre (RS) - Estudo preliminar do associativismo comunitário. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n.14, jul., pp. 43-50.
- Cotrim, D. S. (2009). Organização Social e Associativismo Rural. In: Gehlen, I; Mocelin, D. G. (Orgs). *Organização social e movimentos sociais rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Dagnino, E. (org.) (2002). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Brasil: Paz e Terra.



Franco, A. de (1999). A reforma do Estado e o Terceiro setor. In: Pereira, L. C. B.; Wilhelm, J.; Sola, L. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo, Brasil: Editora UNESP; Brasília, Brasil: ENAP.

Nogueira, M. A. (1987). Da política do possível às possibilidades da política: notas sobre a transição democrática no Brasil. *Perspectivas*, São Paulo, n. 9-10, pp. 1-19.

Nogueira, M. A. (1998). *As possibilidades da política: Idéias para uma reforma democrática do Estado*. São Paulo, Brasil: Paz e Terra.

Nogueira, M. A. (2005) *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2. ed. São Paulo, Brasil: Cortez.

Oliveira, A. R. de; Hespanhol, A. N. (2011). Associativismo e desenvolvimento rural no Brasil: olhares sobre a região do Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo. *Revista Geográfica de América Central*, San Jose, Número Especial EGAL, II Semestre, pp. 1-17.

Oliveira, A. R. de (2012). Associativismo e desenvolvimento rural em Goiás: uma análise das estratégias de organização do agronegócio e da produção familiar. In: **Anais** do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, Brasil: Universidade Federal de Uberlândia.

Pereira, L. C. B. (1999). Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: Pereira, L. C. B.; Wilhelm, J.; Sola, L. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo, Brasil: Editora UNESP; Brasília, Brasil: ENAP.

Sabourin, E. (2009). *Camponeses no Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro, Brasil: Garamond.

Sachs, I. (1999). O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. In: Pereira, L. C. B.; Wilhelm, J.; Sola, L. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo, Brasil: Editora UNESP; Brasília, Brasil: ENAP.

Santos, B. de S. (1999). Para uma reinvenção solidária e participação do Estado. In: Pereira, L. C. B.; Wilhelm, J.; Sola, L. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo, Brasil: Editora UNESP; Brasília, Brasil: ENAP, 1999.

Santos, E. M. C. (2002). *Reorganização Espacial e Desenvolvimento da Região Sisaleira da Bahia: O Papel da associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente*. 2002. 92 f. Dissertação (Mestrado de Geografia) – Instituto de Geociências, UFBA, Salvador.

Santos, E. M. C. (2007). *Associativismo e territorialidade na Região Sisaleira da Bahia: relações com o desenvolvimento*. 2007. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.



Santos, E. M. C.; Silva, O. A. da; Coelho Neto, A. S. (2011). *Gente ajudando gente: o tecido associativista no Território do Sisal*. Feira de Santana, Brasil: UEFS Editora.

Scherer-Warren, I. (1999). *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.

Sola, L. (1999). Reformas do Estado para qual democracia? O lugar da política. In: Pereira, L. C. B.; Wilhelm, J.; Sola, L. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo, Brasil: Editora UNESP; Brasília, Brasil: ENAP.

Teixeira, E. (Coord.). (2008). *Sociedade civil na Bahia: papel político das organizações*. Salvador, Brasil: EDUFBA.

Tocqueville, A. (1987). *A Democracia na América*. Belo Horizonte, Brasil: Itatiaia.

Veiga, S. M. e Rech, D. (2001) *Associações: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Brasil: DP&A.